



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Baião



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Baião x RI Tocantins x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Baião x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Baião x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Baião x RI Tocantins x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Baião (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, observase uma relativa estabilidade nas taxas de pobreza tanto no município de Baião quanto na Região de Integração Tocantins e no estado do Pará, com ligeiras oscilações. Em Baião, a taxa manteve-se próxima de 49%, enquanto na RI Tocantins variou levemente em torno de 55%, e no estado do Pará, ao redor de 41%-42%. Esse período sugere uma contenção da pobreza antes de eventos mais disruptivos, com diferenças percentuais pequenas entre os anos (Gráfico 1).

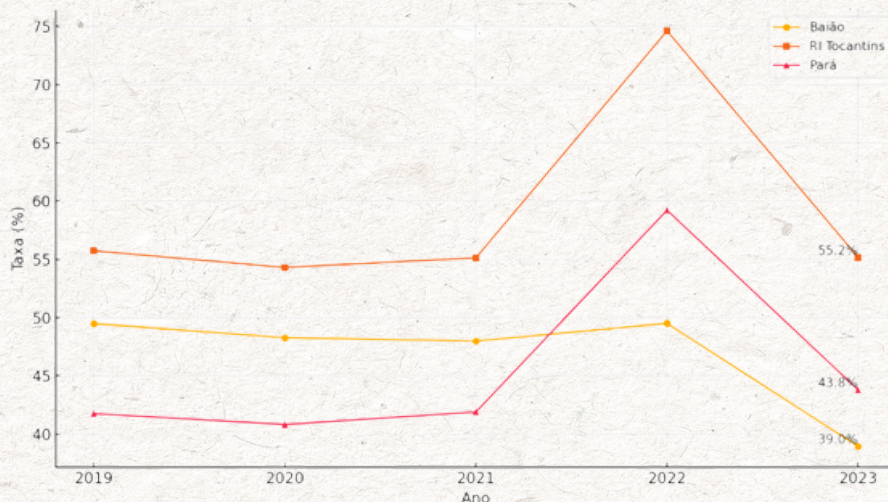
Em 2022, houve um salto expressivo na taxa de pobreza

em todas as escalas analisadas, especialmente na RI Tocantins, onde a taxa atingiu cerca de 74%, um aumento abrupto em comparação aos anos anteriores. Baião e Pará também sofreram aumentos, mas em menor magnitude — Baião chegando perto de 50% e o Pará a 59%. Esse movimento pode estar associado aos efeitos socioeconômicos remanescentes da pandemia de COVID-19, que afetou diretamente os rendimentos da população mais vulnerável e provocou desestruturações em redes de proteção social (Gráfico 1).



Em 2023, observa-se uma recuperação importante, com queda acentuada das taxas em todas as esferas. Em Baião, a taxa de pobreza caiu para 39%, abaixo dos níveis de 2019; na RI Tocantins, a taxa caiu para 55%, e no Pará para 43,8%. Apesar dessa melhora, nem todos os territórios conseguiram retomar os patamares anteriores à pandemia, e a RI Tocantins permanece com níveis de pobreza elevados, indicando que a recuperação não foi homogênea em toda a região (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em 2019, tanto Baião quanto a RI Tocantins e o estado do Pará apresentavam elevados percentuais de despesas públicas destinadas a serviços essenciais, com valores superiores a 60%. Em especial, Baião demonstrava um patamar de 69%, muito próximo da média regional e estadual, sugerindo uma priorização relativa dos gastos sociais no período pré-pandêmico. A RI Tocantins também apresentava estabilidade, com valores acima de 70%, o que indica um padrão de forte comprometimento com serviços básicos (Gráfico 2).

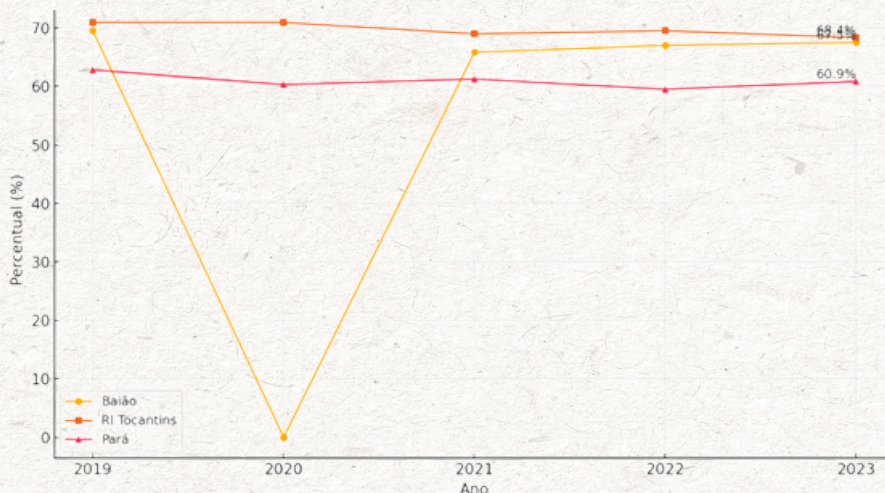
O ano de 2020 apresenta

uma anomalia relevante em Baião, com uma queda brusca para 0% nas despesas públicas com serviços essenciais, enquanto a RI Tocantins e o Pará mantiveram seus percentuais estáveis em torno de 70% e 60%, respectivamente. Essa queda abrupta em Baião pode estar relacionada a problemas de execução orçamentária, atraso na prestação de contas, contingenciamento emergencial ou inconsistências no reporte de dados. Em 2021, contudo, o município rapidamente retornou aos patamares anteriores, sugerindo que o problema foi temporário e corrigido (Gráfico 2).

De 2021 a 2023, a trajetória dos percentuais de despesa pública com serviços essenciais em Baião estabilizou-se em torno de 66-67,5%, mantendo-se ligeiramente abaixo da RI Tocantins (69%-70%), mas acima do estado do Pará (60%-61%). Essa estabilidade no pós-pandemia é um indicativo positivo de retomada do esforço fiscal em áreas prioritárias, apesar da volatilidade anterior, com Baião conseguindo recuperar um padrão de investimento semelhante ao período anterior à crise sanitária (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2021, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer manteve-se relativamente estável na Região de Integração Tocantins e no estado do Pará, em torno de 8% e 7,7-8%, respectivamente. Já em Baião, houve variações mais expressivas, com uma leve alta entre 2019 (6,2%) e 2020 (6,7%), seguida de uma queda acentuada em 2021 (5,1%), evidenciando uma melhoria pontual no indicador no município em comparação às médias regional e estadual (Gráfico 3).

Em 2022, observou-se um aumento acentuado em Baião, cuja taxa saltou para 8,4%, aproximando-se dos patamares da RI Tocantins (9,5%) e do Pará (9%).

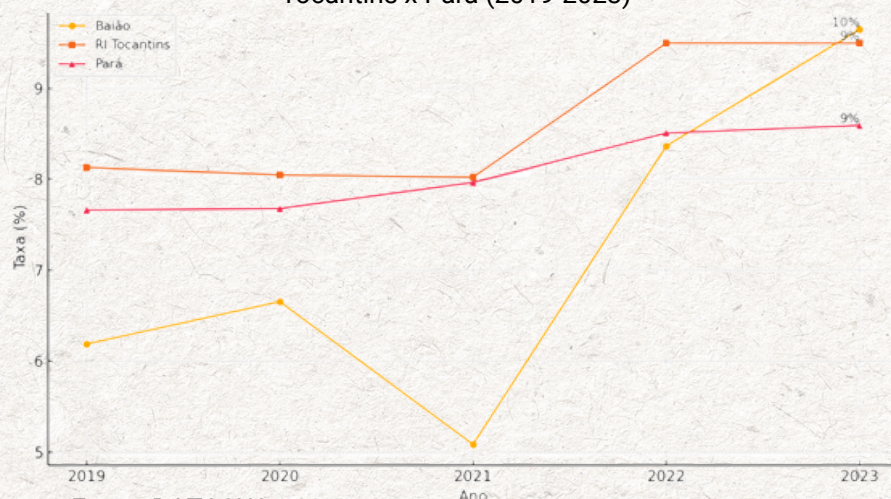
Esse crescimento da prevalência em Baião pode indicar retrocessos na atenção pré-natal ou nos fatores socioeconômicos que impactam o peso ao nascer, como alimentação materna e acesso a serviços de saúde. Nas demais escalas territoriais, o crescimento foi mais moderado, mas igualmente indicativo de piora das condições de saúde neonatal (Gráfico 3).

Em 2023, Baião atingiu uma prevalência de 10%, superando a média da RI Tocantins (9,5%) e do Pará (9%), consolidando uma tendência de agravamento no município. A situação contrasta com a relativa estabilidade nas escalas superiores, demonstrando que

Baião enfrenta desafios mais específicos e severos no combate à baixa massa corporal ao nascer, exigindo, portanto, intervenções direcionadas de saúde pública e promoção de condições adequadas para gestantes (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 %. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

No município de Baião, a produtividade agrícola apresentou comportamento oscilante entre 2019 e 2023. Em 2019 o valor era de R\$ 8,4 mil por hectare, subindo fortemente para R\$ 14,3 mil em 2020. No ano seguinte houve queda para R\$ 10,6 mil, seguida de recuperação em 2022, quando atingiu R\$ 15,3 mil. Em 2023 ocorreu leve retração, com o índice finalizando em R\$ 14,4 mil por hectare. O padrão revela flutuações influenciadas por fatores conjunturais e climáti-

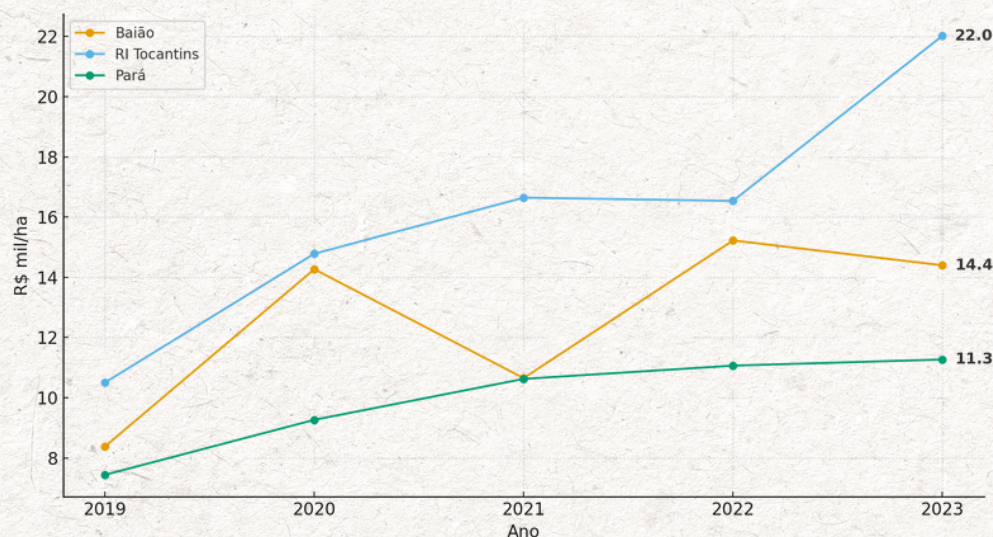
cos, mas ainda assim mostra ganho líquido de produtividade no período (Gráfico 4).

Na Região de Integração Tocantins, o desempenho foi de crescimento contínuo e consistente. A produtividade passou de R\$ 10,5 mil/ha em 2019 para R\$ 15,0 mil em 2020 e R\$ 16,7 mil em 2021 e 2022, alcançando expressivos R\$ 22,0 mil/ha em 2023. Esse avanço reflete possível difusão tecnológica e melhoria na eficiência produtiva regional.

Já o estado do Pará apresentou evolução moderada,

variando de R\$ 7,3 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023. O crescimento gradual demonstra fortalecimento estrutural do setor agrícola, embora o estado mantenha produtividade inferior à média regional e municipal (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

No município de Baião, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma acentuada queda entre 2019 e 2021, passando de um patamar elevado de aproximadamente 28 mortes por mil nascidos vivos em 2019 para cerca de 10 em 2021. Contudo, a partir de 2022, houve um aumento significativo, atingindo cerca de 22 por mil, seguido de uma redução em 2023 para 18. Essa grande volatilidade sugere fragilidade nas condições de saúde infantil no município, possivelmente relacionadas a variações nos serviços de saúde, campanhas de vacinação ou condições socioeconômicas (Gráfico 5).

Na Região de Integração (RI) Tocantins, o comportamento da taxa foi mais estável em comparação ao município. A taxa variou de cerca de 16 em 2019 para 15 em 2021, registrando um pequeno aumento em 2022 (em torno de 16,5) e nova queda em 2023, voltando a 15. Essa estabilidade relativa sugere que, na média da região, os serviços de saúde infantil e as condições sociais apresentaram menos flutuações, ainda que os níveis permaneçam moderadamente altos em comparação com padrões ideais (Gráfico 5).



No estado do Pará, o indicador manteve um comportamento ainda mais estável e com leve tendência de redução. Entre 2019 e 2023, a taxa permaneceu próxima de 15 mortes por mil nascidos vivos, com pequenas variações marginais (ligeira queda até 2022 e leve aumento em 2023). Isso demonstra certa resiliência no estado como um todo, embora o patamar ainda seja um desafio frente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam a redução significativa da mortalidade infantil (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

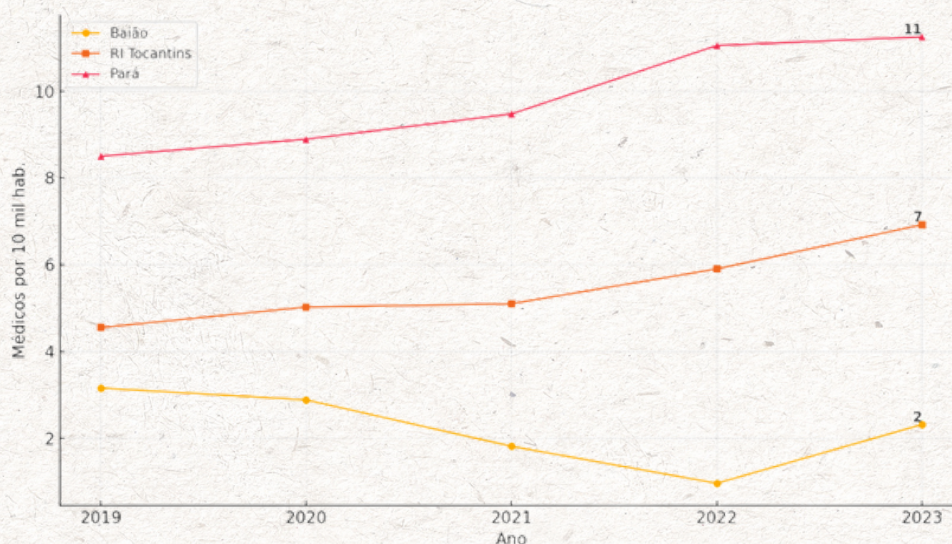
Em Baião, a disponibilidade de médicos por 10 mil habitantes sofreu uma tendência de queda entre 2019 e 2022, passando de 3 para apenas 0,5 médicos nesse período. Essa redução drástica pode estar relacionada a dificuldades de fixação de profissionais de saúde no município, reflexo de aspectos como infraestrutura precária, baixos salários ou dificuldades logísticas. Em 2023, houve uma recuperação para 2 médicos por 10 mil habitantes, embora o número ainda esteja muito abaixo da média estadual (Gráfico 6).

Na RI Tocantins, o número de médicos cresceu de forma gradual e consistente no período analisado, passando de 4,6 médicos em 2019 para 7 em 2023. Esse aumento contínuo indica esforços regionais para a expansão da cobertura médica, talvez por meio de programas de incentivo, maior abertura de concursos públicos ou políticas de atração de profissionais, ainda que os níveis permaneçam inferiores aos observados na média estadual (Gráfico 6).



No estado do Pará, a evolução foi positiva e significativa. O número de médicos subiu de cerca de 8,5 para 11 médicos por 10 mil habitantes entre 2019 e 2023, apresentando crescimento contínuo a cada ano. Esse desempenho sugere uma melhoria geral da estrutura de saúde pública e privada no estado, que pode estar associado à expansão de cursos de medicina, políticas de interiorização de médicos e ampliação de redes hospitalares, ainda que desafios de distribuição desses profissionais entre as regiões persistam (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

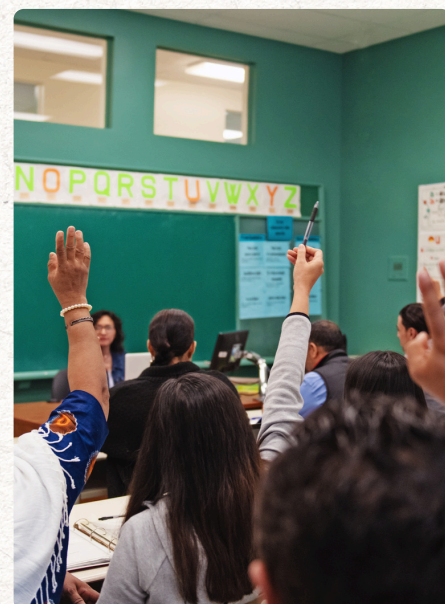
No município de Baião, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou uma tendência de queda ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, havia cerca de 191 vagas por mil habitantes, mas esse número caiu de forma contínua, chegando a aproximadamente 142 vagas em 2023. Essa redução pode refletir um conjunto de fatores, como diminuição da população em idade escolar, redução de investimentos em infraestrutura educacional ou reorganização da rede escolar local (Gráfico 7).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi relativamente estável, embora também com uma tendência de queda mais acentuada ao

final do período.

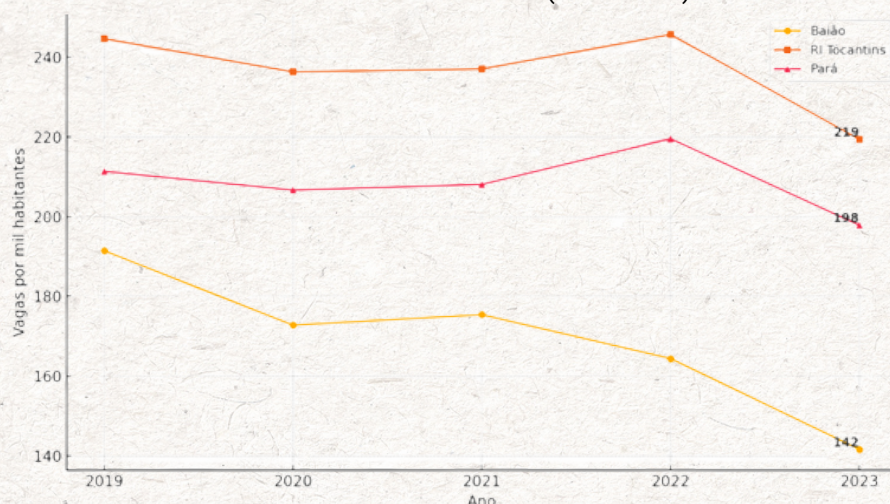
A região iniciou 2019 com cerca de 245 vagas por mil habitantes, apresentou uma leve oscilação nos anos seguintes, e fechou 2023 com cerca de 219 vagas. Apesar da diminuição, a RI manteve números mais elevados do que o município de Baião e o estado do Pará, indicando uma capacidade educacional per capita mais robusta em termos de vagas públicas (Gráfico 7).

O estado do Pará, por sua vez, também apresentou uma leve tendência de queda no indicador, saindo de cerca de 211 vagas por mil habitantes em 2019 para aproximadamente 198 em 2023.



O comportamento foi relativamente mais estável do que o observado em Baião, sugerindo que, em escala estadual, houve maior preservação da capacidade de atendimento escolar, ainda que desafios relacionados ao crescimento populacional e à expansão da rede educacional persistam (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 142 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

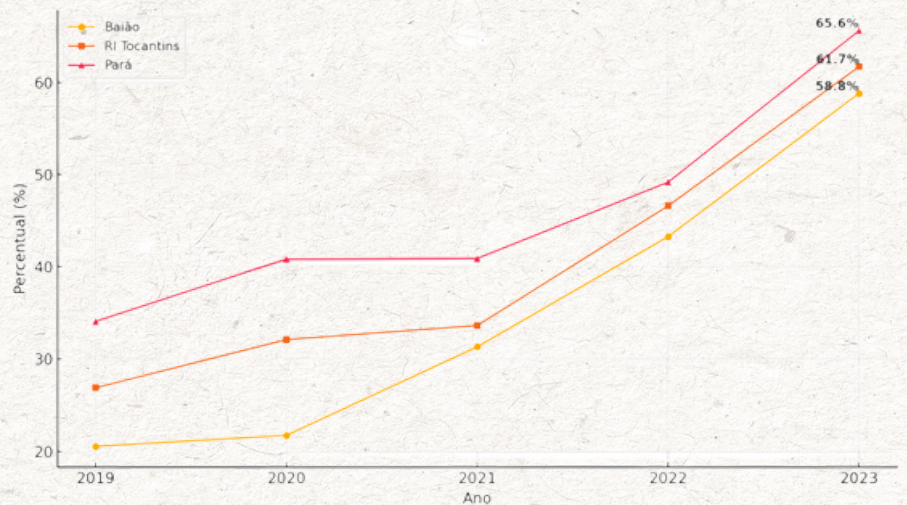
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Baião, o percentual de escolas com acesso à internet apresentou um crescimento expressivo no período de 2019 a 2023. Partindo de um patamar bastante baixo (cerca de 20% em 2019), o município avançou de maneira constante até atingir aproximadamente 58,8% das escolas conectadas em 2023. Esse avanço é significativo e pode estar associado a políticas de inclusão digital, especialmente impulsionadas pelas necessidades de ensino remoto durante a pandemia de COVID-19 (Gráfico 8).

Na Região de Integração Tocantins, o crescimento também foi consistente, saindo de cerca de 27% em 2019 para 61,7% em 2023. O comportamento mostra um esforço regional coordenado para ampliar o acesso à internet nas escolas, fundamental para a modernização do ensino e a promoção da equidade educacional. Nota-se que a RI manteve percentuais mais elevados que Baião nos primeiros anos, mas ambos se aproximaram bastante ao final do período (Gráfico 8).

Já no estado do Pará, o indicador partiu de cerca de 34% em 2019, subindo para 65,6% em 2023, com um crescimento ainda mais expressivo nos últimos dois anos do período. Isso demonstra que, em âmbito estadual, houve avanços significativos na infraestrutura de conectividade educacional, sinalizando melhorias nas condições para práticas pedagógicas inovadoras e para a inclusão de escolas rurais e periféricas em ambientes de aprendizado mais dinâmicos (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

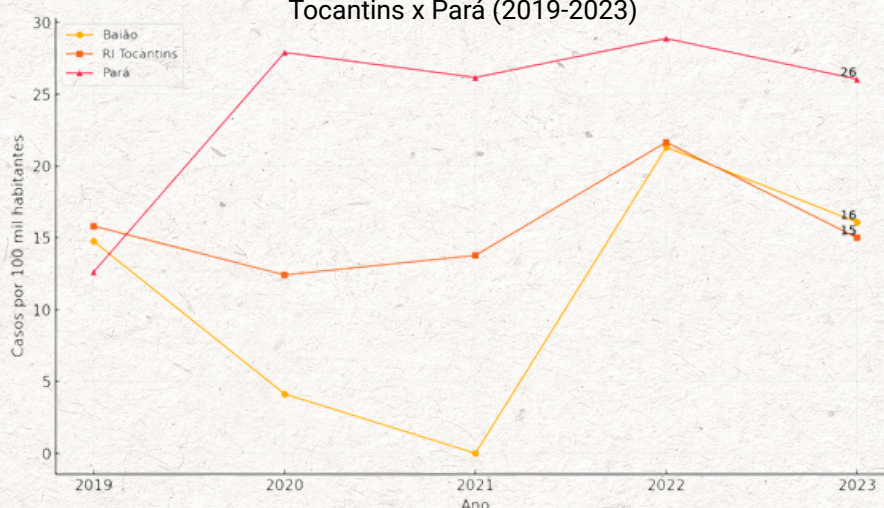


No município de Baião, a violência contra a mulher apresentou uma trajetória bastante irregular entre 2019 e 2023. Em 2019, registrava-se cerca de 14,5 casos por 100 mil habitantes, número que despencou nos dois anos seguintes, atingindo quase zero em 2021. No entanto, em 2022, ocorreu um aumento abrupto para cerca de 21 casos, seguido de nova queda para 16 em 2023. Essa volatilidade pode indicar variações no registro de denúncias, na visibilidade das políticas públicas de combate à violência ou em campanhas de conscientização local (Gráfico 9).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi relativamente mais estável, ainda que também com oscilações. Em 2019, a taxa era de cerca de 16 casos por 100 mil habitantes, caindo para 13 em 2020 e 2021, mas subindo para aproximadamente 22 em 2022, e depois reduzindo-se novamente para 15 em 2023. Embora as variações tenham sido menos extremas que no município de Baião, os dados sugerem que fatores externos, como a pandemia, também podem ter influenciado os registros na região (Gráfico 9).

No estado do Pará, observou-se uma tendência de crescimento do indicador até 2022, ano em que atingiu cerca de 29 casos por 100 mil habitantes. Em 2023, houve uma pequena queda para 26 casos, mas o patamar ainda é muito elevado em comparação ao município e à RI Tocantins. Isso evidencia que, apesar dos esforços institucionais, a violência contra a mulher permanece um grave problema estrutural em nível estadual, exigindo políticas mais abrangentes de prevenção e suporte às vítimas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No município de Baião, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres variou consideravelmente entre 2019 e 2023. Inicialmente em 35% em 2019, caiu para cerca de 30% em 2020 e 2021, subiu para aproximadamente 39,5% em 2022, mas sofreu forte retração em 2023, recuando para 23,6%. Essa oscilação indica que, apesar de avanços pontuais, a presença feminina em cargos de liderança ainda é vulnerável a retrocessos, possivelmente por mudanças políticas locais ou falta de políticas consistentes de igualdade de gênero (Gráfico 10).

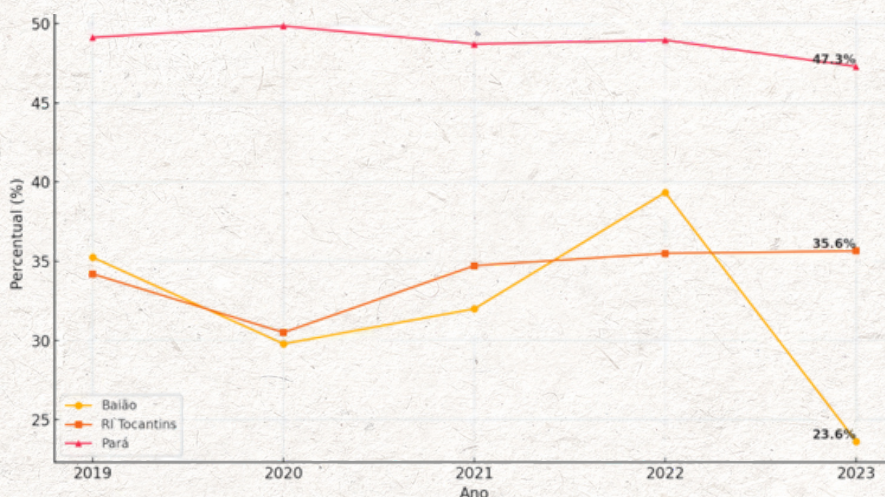


Na Região de Integração Tocantins, o percentual apresentou uma evolução mais estável e ascendente. Saindo de 34% em 2019, caiu para 30% em 2020, mas a partir de então cresceu gradualmente, chegando a cerca de 35,6% em 2023. Essa estabilidade e ligeira tendência de crescimento podem indicar uma consolidação mais estruturada de políticas de inclusão de mulheres em cargos gerenciais no âmbito regional (Gráfico 10).

Já no estado do Pará, o percentual de mulheres em cargos gerenciais permane-

ceu alto e relativamente estável durante todo o período analisado. Variando entre 48% e 49% entre 2019 e 2022, o estado registrou uma leve queda para 47,3% em 2023. Ainda assim, o Pará manteve percentuais consideravelmente superiores aos observados no município de Baião e na RI Tocantins, refletindo a maior presença feminina em posições de liderança em contextos estaduais mais amplos, o que pode estar associado a políticas afirmativas de maior alcance (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Baião, o percentual da população de baixa renda atendida por coleta de esgoto permaneceu extremamente baixos entre 2019 e 2023, variando de apenas 0,3% para 0,5% no período. Apesar do pequeno crescimento observado, a cobertura continua muito limitada, indicando que a infraestrutura de saneamento para as populações mais vulneráveis não avançou de maneira significativa, o que pode impactar diretamente as condições de saúde pública e qualidade de vida (Gráfico 11).

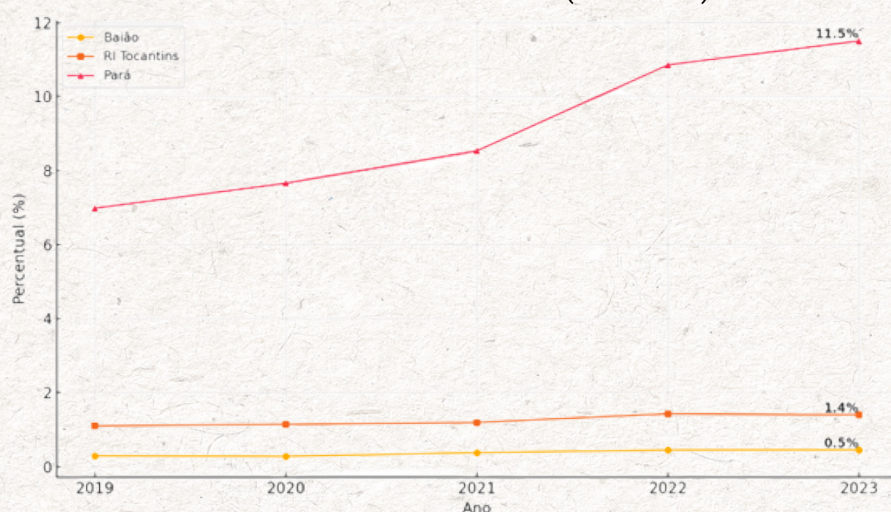
Na Região de Integração Tocantins, o percentual de atendimento também se manteve muito baixo, embora ligeiramente superior ao de Baião. Os valores oscilaram em torno de 1,2% a 1,4% ao longo dos anos, com leve aumento a partir de 2022. Apesar desse pequeno avanço, a cobertura continua aquém das necessidades básicas, revelando uma carência estrutural histórica no acesso a esse serviço essencial para a população de baixa renda da região (Gráfico 11).

Em âmbito estadual, o Pará apresentou um comporta-

mento diferente, com evolução constante no percentual de cobertura. Em 2019, cerca de 7% da população de baixa renda tinha acesso à coleta de esgoto, índice que subiu para 11,5% em 2023. Embora o crescimento seja expressivo, o patamar ainda é baixo em comparação aos padrões desejáveis, o que evidencia que o estado vem investindo na expansão do saneamento, mas enfrenta grandes desafios para universalizar o serviço especialmente para as populações mais vulneráveis (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

No município de Baião, os gastos municipais com saneamento per capita oscilaram bastante entre 2019 e 2023, partindo de R\$ 18 por habitante em 2019 para praticamente zero em 2020 e 2021, e depois subindo novamente para R\$ 8 em 2023. Esse padrão revela descontinuidade nos investimentos municipais na área de saneamento, o que pode ter contribuído para a estagnação observada no acesso à coleta de esgoto para a população de baixa renda (Gráfico 12).

Na Região de Integração Tocantins, os gastos também sofreram oscilações, mas de maneira menos dramática. Em 2019, o gasto era de R\$ 27 por

habitante, diminuiu para cerca de R\$ 12 em 2021, e voltou a crescer, atingindo novamente R\$ 27 em 2023. Esses movimentos indicam alguma capacidade de retomada dos investimentos, o que pode sinalizar esforços regionais para ampliar a infraestrutura, mesmo que ainda de forma insuficiente para atender às demandas da população (Gráfico 12).

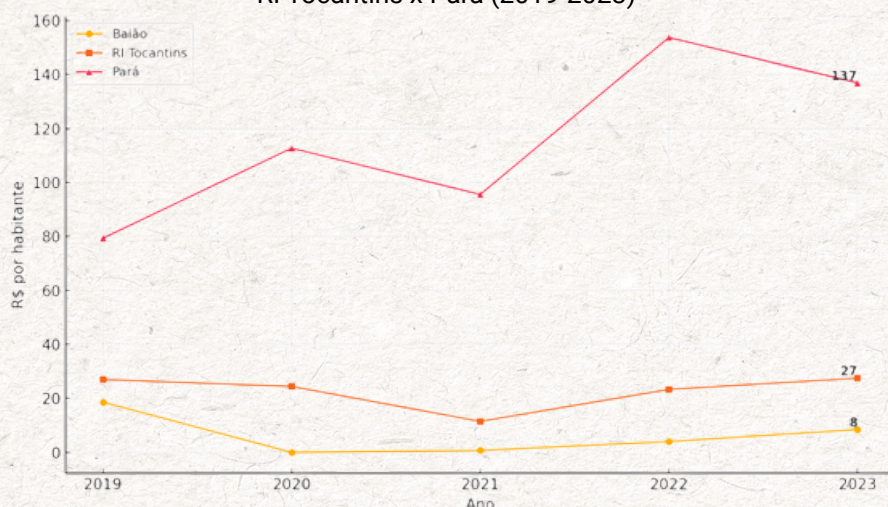
O estado do Pará demonstrou um padrão de aumento mais consistente dos investimentos. O gasto médio por habitante passou de R\$ 80 em 2019 para um pico de R\$ 155 em 2022, recuando um pouco para R\$ 137 em 2023.

Essa trajetória sugere que o estado vem priorizando o saneamento básico como uma política pública estratégica, embora a queda em 2023 sinalize a necessidade de atenção para a continuidade dos investimentos a fim de garantir avanços sustentáveis no acesso ao serviço (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



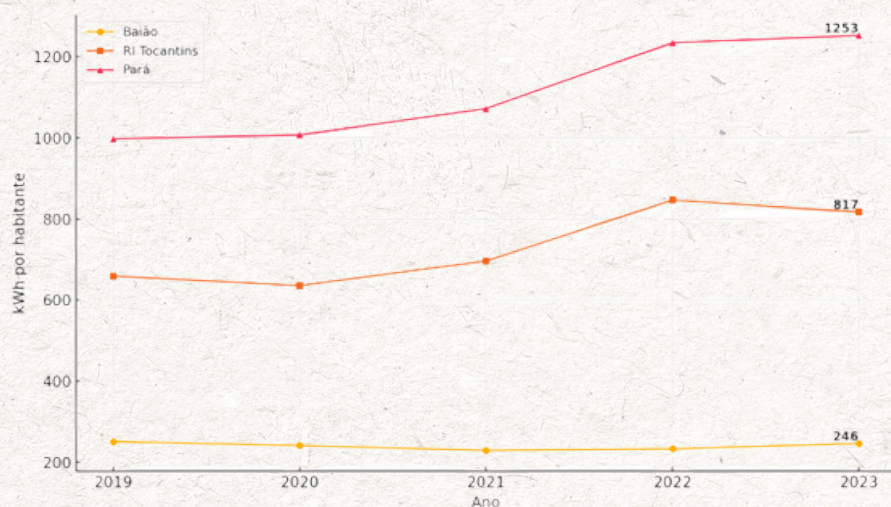
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

No município de Baião, o consumo de energia elétrica per capita manteve-se praticamente estável entre 2019 e 2022, variando em torno de 230 a 240 kWh por habitante, com uma ligeira queda entre 2019 e 2021, seguida de pequena recuperação em 2022 e 2023. Em 2023, o consumo chegou a 246 kWh/hab., ainda muito baixo em comparação às médias regionais e estaduais. Essa estabilidade em patamar reduzido reflete uma limitação no acesso ou na utilização da energia elétrica, muitas vezes associada a baixos níveis de renda e infraestrutura (Gráfico 13).

Na Região de Integração Tocantins, o consumo foi mais elevado e apresentou variações moderadas. Partindo de cerca de 660 kWh/hab. em 2019, houve uma leve queda em 2020, seguida de crescimento constante, chegando a 817 kWh/hab. em 2023. Esse aumento progressivo pode indicar uma expansão das redes de eletrificação, maior acesso a bens de consumo elétrico e melhoria gradual nas condições de vida, embora a região ainda esteja abaixo do consumo médio nacional (Gráfico 13)

No estado do Pará, o consumo per capita foi consideravelmente superior ao de Baião e da RI Tocantins, com trajetória de crescimento contínuo. Em 2019, o consumo era de cerca de 1.000 kWh/hab., atingindo 1.253 kWh/hab. em 2023. Essa evolução positiva sugere avanços importantes na infraestrutura elétrica e um incremento no padrão de consumo da população, ainda que desafios de desigualdade no acesso persistam, como se observa nas grandes diferenças entre município, região e estado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 246 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Baião, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil apresentou uma queda constante ao longo do período analisado. Em 2019, o índice era de 4%, caindo gradativamente para 3,1% em 2023. Essa diminuição é um sinal positivo, indicando avanços na substituição de formas precárias de iluminação, como lamparinas a querosene, por acesso à rede elétrica, embora o percentual ainda revele a presença de bolsões de vulnerabilidade energética (Gráfico 14).

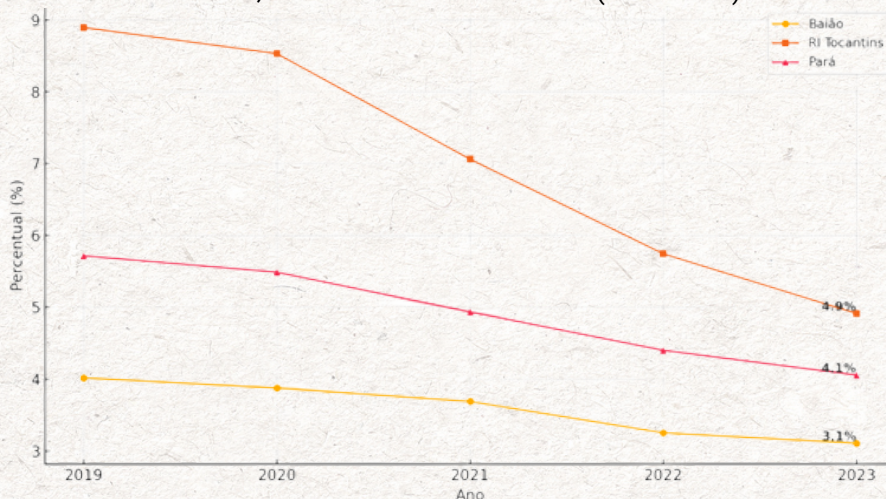


Na Região de Integração Tocantins, a redução foi ainda mais acentuada. O percentual era de cerca de 8,9% em 2019, diminuindo para 4,9% em 2023. Essa expressiva queda demonstra avanços relevantes na expansão do acesso à energia elétrica, beneficiando principalmente as populações mais vulneráveis. A tendência revela a eficácia de programas regionais voltados para universalização da energia elétrica, especialmente em áreas rurais (Gráfico 14).

Em nível estadual, o Pará também apresentou trajetória de queda contínua. O percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil passou de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. Apesar da redução menos acentuada em comparação à RI Tocantins, o movimento é consistente com a tendência estadual de ampliação da cobertura elétrica, reforçando o compromisso com a meta de erradicação de fontes de iluminação precárias no estado (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



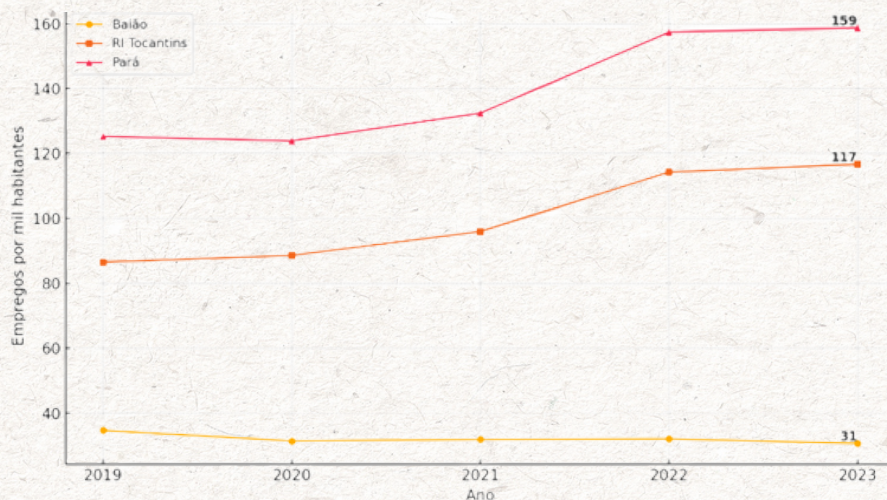
Empregos Formais por Mil Habitantes

No município de Baião, o número de empregos formais por mil habitantes apresentou estabilidade em um patamar baixo entre 2019 e 2023. Partindo de aproximadamente 35 empregos formais por mil habitantes em 2019, houve uma leve queda em 2020 para cerca de 32, seguida de uma estabilização até 2022, e uma pequena diminuição para 31 em 2023. Esses números indicam que o município manteve uma baixa formalização do mercado de trabalho ao longo do período, revelando desafios estruturais na geração de empregos formais e na dinamização da economia local (Gráfico 15).

Na Região de Integração Tocantins, o indicador mostrou uma trajetória de crescimento moderado. Em 2019, a RI contava com cerca de 87 empregos formais por mil habitantes, número que foi crescendo de forma progressiva até atingir 117 em 2023. Esse comportamento evidencia esforços regionais no sentido de ampliar a formalização do mercado de trabalho, possivelmente impulsionados por políticas públicas de incentivo à atividade econômica, investimentos privados e recuperação gradual após os impactos da pandemia de COVID-19 (Gráfico 15).

No estado do Pará, a evolução foi ainda mais expressiva, consolidando-se em níveis superiores aos do município e da RI. O estado iniciou 2019 com cerca de 126 empregos formais por mil habitantes, manteve relativa estabilidade até 2020, e a partir de 2021 apresentou crescimento acelerado, chegando a 159 empregos formais por mil habitantes em 2023. Este desempenho reflete uma retomada econômica vigorosa e políticas de incentivo à formalização do emprego, embora persistam disparidades significativas entre diferentes regiões do estado, como se observa no caso de Baião (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



No município de Baião, o PIB per capita apresentou crescimento significativo entre 2018 e 2020, saindo de aproximadamente R\$ 7.500 para cerca de R\$ 12.800. No entanto, em 2021 houve uma leve retração, reduzindo o valor para algo em torno de R\$ 11.500, seguida de nova elevação em 2022, fechando o período em R\$ 13.068. Embora o município tenha demonstrado evolução no período, os níveis de PIB per capita ainda se mantêm muito abaixo dos observados tanto na Região de Integração quan-

to no estado, refletindo as limitações econômicas locais (Gráfico 16).

Na Região de Integração Tocantins, o PIB per capita cresceu de forma contínua ao longo do período. Em 2018, o va-

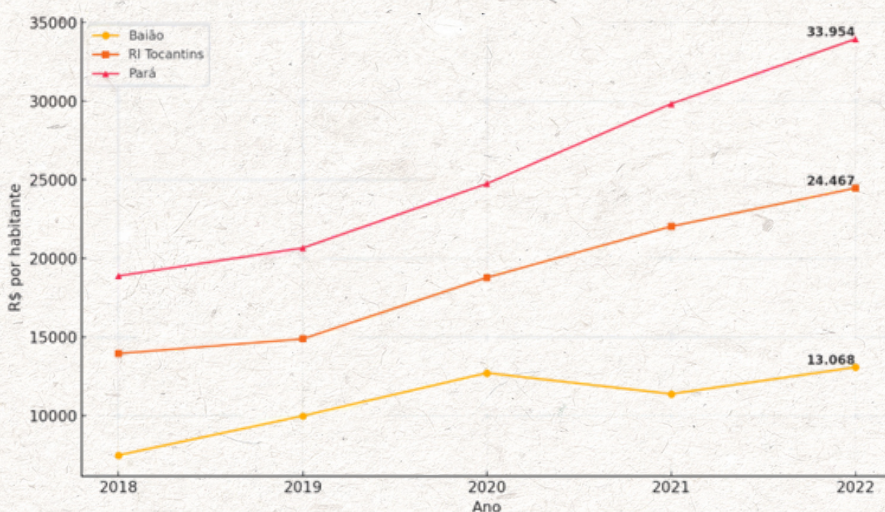
lor estava em torno de R\$ 14.000 e atingiu R\$ 24.467 em 2022, evidenciando um ritmo de crescimento robusto e consistente. A evolução sugere ganhos importantes em termos de geração de riqueza, provavelmente impulsionados por atividades econômicas regionais mais diversificadas e um ambiente de negócios mais dinâmico em comparação com o município de Baião (Gráfico 16).

Em nível estadual, o Pará apresentou um desempenho ainda mais expressivo no cres-



cimento do PIB per capita. Em 2018, o valor era de aproximadamente R\$ 19.000 e subiu de maneira consistente até atingir R\$ 33.954 em 2022. Esse forte crescimento, especialmente após 2020, indica a expansão de setores estratégicos, como mineração e energia, que impulsionaram a economia estadual, ainda que os efeitos desse crescimento nem sempre se reflitam de maneira uniforme em todas as regiões e municípios do estado (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Baía x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13.068/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



No município de Baião, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB manteve-se muito baixo e estável ao longo do período, variando levemente de 2,9% em 2018 para 2,8% em 2022. Essa estagnação em patamar reduzido evidencia a baixa participação do setor industrial na estrutura econômica local, reforçando o perfil econômico primário, possivelmente baseado em atividades de agricultura, extrativismo ou serviços de baixa complexidade (Gráfico 17).

Na Região de Integração To-

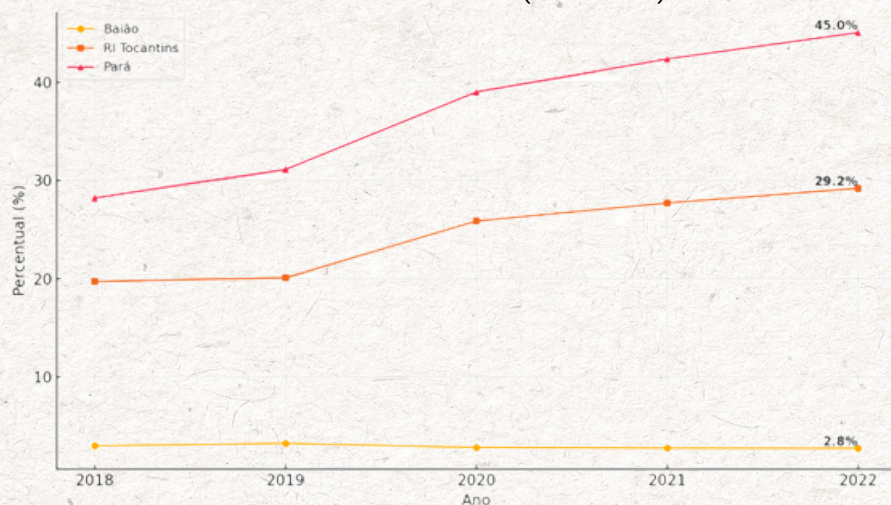
cantins, o valor adicionado da indústria apresentou crescimento relevante. Em 2018, o setor representava cerca de 20% do PIB da região, aumentando para 29,2% em 2022. Esse crescimento progressivo demonstra a ampliação da importância da atividade industrial na economia regional, possivelmente relacionada ao fortalecimento de setores como agroindústria, mineração ou pequenas manufaturas, que diversificam a base econômica local (Gráfico 17).

Já no estado do Pará, a par-

ticipação da indústria no PIB foi ainda mais significativa e em contínua ascensão. Em 2018, a indústria representava cerca de 28% do PIB estadual, aumentando para 45% em 2022. Esse avanço robusto indica o fortalecimento da indústria extrativa mineral e de transformação no estado, em especial nos polos de mineração e metalurgia, consolidando a indústria como o principal motor do crescimento econômico paraense no período analisado (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Baião x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

No município de Baião, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes permaneceu em patamares muito baixos ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, eram cerca de 1,2 profissionais por 100 mil habitantes, número que caiu em 2020, subiu em 2021 para aproximadamente 4,7, e voltou a recuar, estabilizando-se em 3 profissionais em 2022 e 2023.



Esse comportamento demonstra a dificuldade do município em consolidar uma base científica significativa, reflexo provável da escassez de centros de pesquisa, oportunidades de formação avançada e investimentos locais em ciência e tecnologia (Gráfico 18).

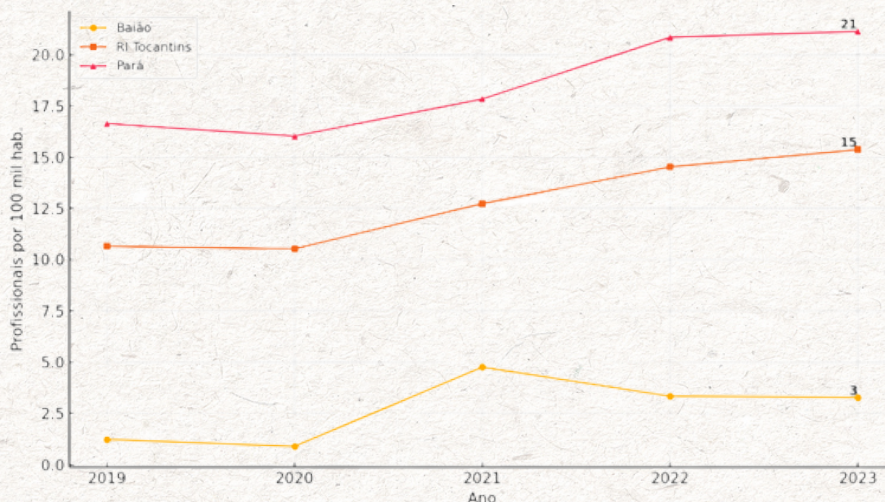
Na Região de Integração Tocantins, o indicador apresentou trajetória de crescimento contínuo. Em 2019, o número de profissionais da ciência era de aproximadamente 10,7 por 100 mil habitantes, mantendo-se estável até 2020 e crescendo de maneira consistente até atingir cerca de 15 em 2023. Essa evolução sugere um fortalecimento gradual da capacidade científica regional, possivelmente associado à expansão de polos universitários, investimentos em inovação ou atração de profissionais qualificados para a região (Gráfico 18).

No estado do Pará, o número de profissionais da ciência foi o mais elevado en-



tre os três níveis analisados e também apresentou crescimento expressivo. Partindo de cerca de 16,6 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, o estado experimentou um pequeno recuo em 2020, seguido de forte recuperação a partir de 2021, atingindo 21 profissionais em 2023. Este movimento evidencia um esforço estadual em fortalecer a infraestrutura científica e tecnológica, embora o crescimento, ainda que positivo, mostre que há espaço para ampliar ainda mais a densidade de cientistas frente a padrões nacionais e internacionais (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

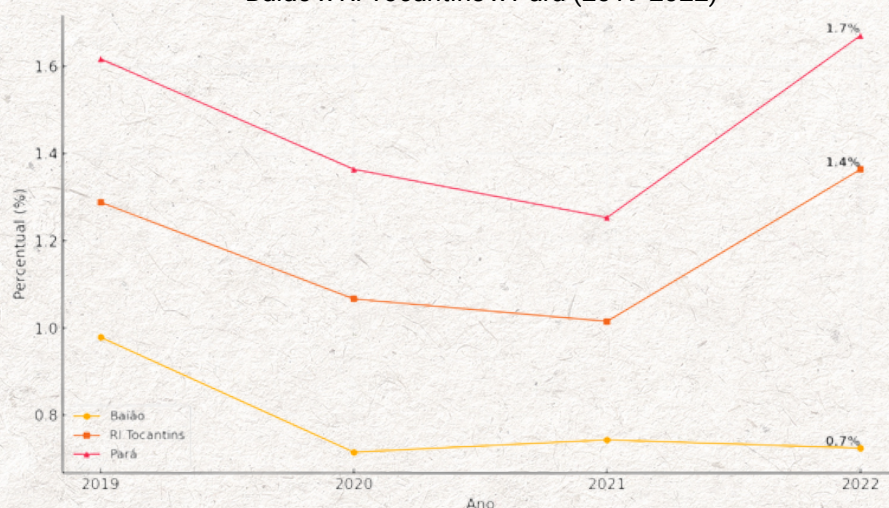
No município de Baião, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB apresentou uma tendência geral de ligeira queda entre 2019 e 2022. O indicador iniciou o período em cerca de 0,98% em 2019, recuou para aproximadamente 0,71% em 2020, teve uma pequena recuperação para 0,74% em 2021 e voltou a cair para 0,7% em 2022. Esses valores baixos e relativamente estáveis revelam a limitada participação dos salários formais na geração de riqueza do município, refletindo uma economia com baixa formalização do trabalho e provável predominância de setores de baixa remuneração (Gráfico 19).

Na Região de Integração Tocantins, a evolução do indicador seguiu uma trajetória semelhante, porém em patamar superior ao do município. O percentual era de cerca de 1,29% em 2019, caiu para 1,07% em 2020 e 1,02% em 2021, mas apresentou importante recuperação em 2022, alcançando 1,4% do PIB. Essa retomada pode indicar uma recuperação do mercado formal pós-pandemia, acompanhada de um crescimento mais dinâmico de setores com maior massa salarial formalizada, embora ainda aquém de padrões desejáveis para uma robusta inclusão econômica (Gráfico 19).

No estado do Pará, o com-

portamento do indicador foi mais expressivo. O percentual de massa salarial sobre o PIB iniciou em 1,62% em 2019, caiu para 1,26% em 2021, mas, assim como na RI Tocantins, registrou forte recuperação em 2022, atingindo 1,7%. Este movimento revela que, apesar das perdas iniciais, o mercado formal de trabalho se fortaleceu no contexto estadual, indicando a geração de empregos com salários que conseguiram acompanhar, em parte, o crescimento do PIB no período recente (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

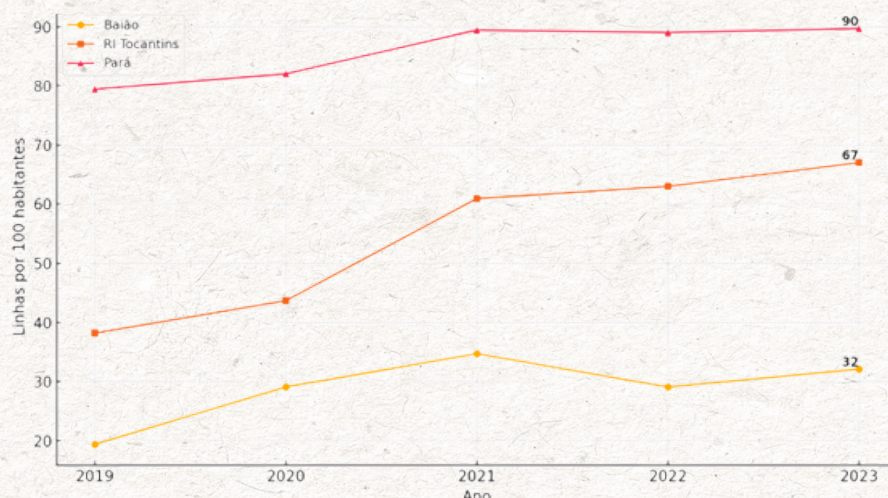
No município de Baião, o acesso à telefonia móvel evoluiu positivamente entre 2019 e 2023, embora ainda permaneça em patamares baixos em comparação com o estado e a RI Tocantins. O indicador passou de cerca de 20 linhas por 100 habitantes em 2019 para 32 em 2023, com crescimento mais significativo até 2021, seguido de uma leve queda em 2022 e posterior recuperação. Essa evolução aponta para uma expansão do acesso à conectividade móvel no município, ainda que o ritmo de crescimento seja insuficiente para eliminar as desigualdades em relação a outras regiões (Gráfico 20).

Na Região de Integração Tocantins, o crescimento foi mais robusto e consistente. O número de linhas por 100 habitantes passou de cerca de 38 em 2019 para 67 em 2023, com um salto importante entre 2020 e 2021. Esse avanço expressivo sugere que houve investimentos mais intensivos na expansão da cobertura de telefonia móvel e melhora nas condições de acesso da população regional a serviços de comunicação, o que é fundamental para inclusão digital e dinamização econômica (Gráfico 20).



No estado do Pará, o indicador já partia de um patamar elevado em 2019 (cerca de 79 linhas por 100 habitantes) e continuou crescendo, atingindo 90 em 2023. O crescimento foi mais moderado, mas sustentado, refletindo uma já consolidada penetração dos serviços de telefonia móvel em âmbito estadual. Esse cenário evidencia que, enquanto no estado como um todo a conectividade é ampla, ainda há fortes disparidades internas, como demonstram os dados de Baião e da RI Tocantins (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

No município de Baião, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental oscilou significativamente no período analisado. Em 2019, o valor era de cerca de R\$ 28 por habitante, caindo acentuadamente para R\$ 16 em 2020 e R\$ 18 em 2021, seguido de uma recuperação expressiva para R\$ 29 em 2023. Essa trajetória sugere vulnerabilidades orçamentárias locais e a possível priorização de outras áreas durante os anos de pandemia, com posterior retomada dos investimentos em setores culturais e ambientais (Gráfico 21).

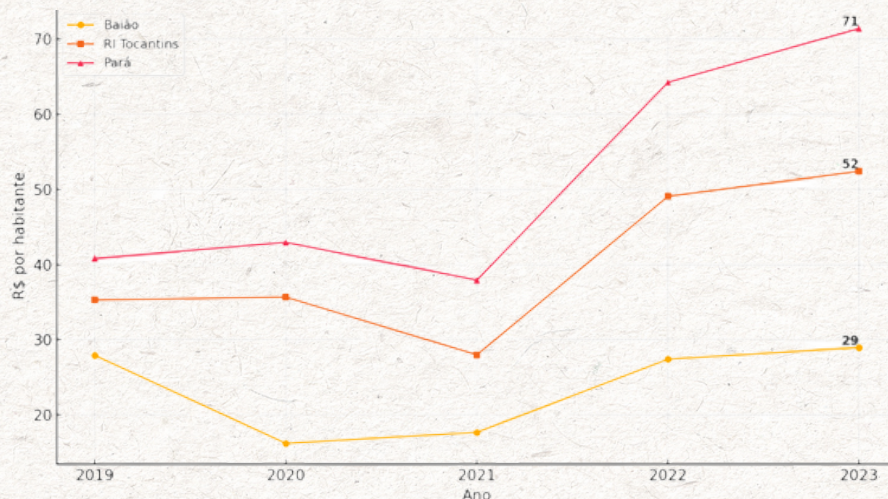
Na Região de Integração Tocantins, o comportamento também apresentou oscilações, porém em valores superiores aos de Baião. A despesa saiu de cerca de R\$ 35 em 2019, manteve-se estável até 2020, caiu para R\$ 28 em 2021 e subiu para R\$ 52 em 2023. Esse padrão demonstra que, apesar de impactos negativos em 2020 e 2021, houve uma recuperação significativa, evidenciando esforços regionais para restaurar e fortalecer os investimentos em cultura e meio ambiente (Gráfico 21).

O estado do Pará, por sua vez, mostrou a maior variação

e o maior nível de investimento per capita no final do período. O gasto passou de aproximadamente R\$ 40 em 2019 para R\$ 71 em 2023, com uma queda em 2021 seguida de forte recuperação a partir de 2022. Este movimento revela uma revalorização das políticas públicas de cultura e gestão ambiental em nível estadual, reforçando a importância desses setores para o desenvolvimento social e sustentável do Pará (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

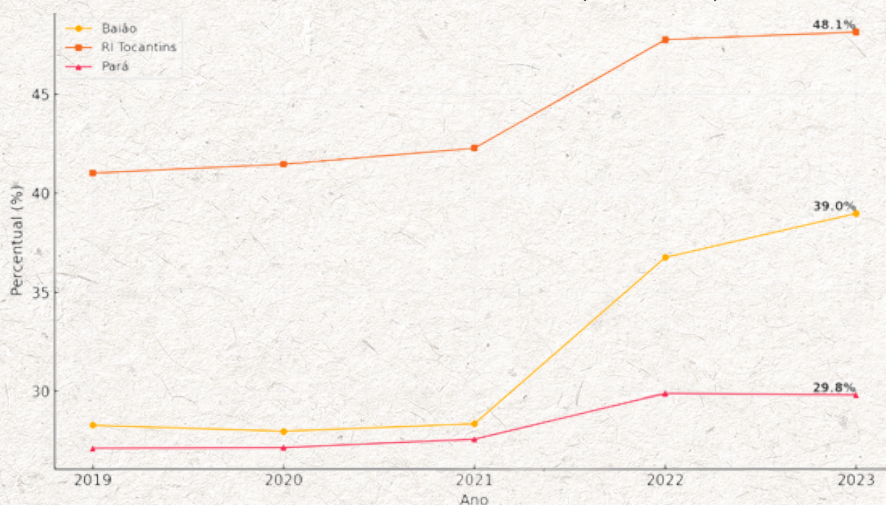
No município de Baião, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo apresentou um crescimento expressivo entre 2019 e 2023. O indicador iniciou o período em cerca de 28%, manteve-se estável até 2021, e registrou aumento acentuado a partir de 2022, alcançando 39% em 2023. Essa elevação indica uma piora nas condições de gestão de resíduos entre a população mais vulnerável, sugerindo a insuficiência de serviços públicos de coleta regular de lixo no município, especialmente para áreas periféricas e rurais (Gráfico 22).

Na Região de Integração Tocantins, o percentual também subiu, embora o nível inicial já fosse mais elevado. Partindo de cerca de 41% em 2019, o indicador apresentou crescimento contínuo até atingir 48,1% em 2023. O comportamento ascendente revela que a falta de acesso adequado à coleta de resíduos sólidos é um problema estrutural e disseminado na região, afetando de forma recorrente as populações de baixa renda e exigindo a ampliação de investimentos e políticas específicas para saneamento e resíduos (Gráfico 22).

No estado do Pará, a situa-

ção foi relativamente melhor, com percentuais inferiores aos do município e da RI Tocantins. Em 2019, o índice era de aproximadamente 27%, manteve-se estável até 2021 e subiu para 29,8% em 2023. Embora a tendência também seja de alta, o crescimento foi mais moderado, refletindo a existência de políticas públicas estaduais que conseguiram, em parte, conter a piora, ainda que sem erradicar o problema entre as populações de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

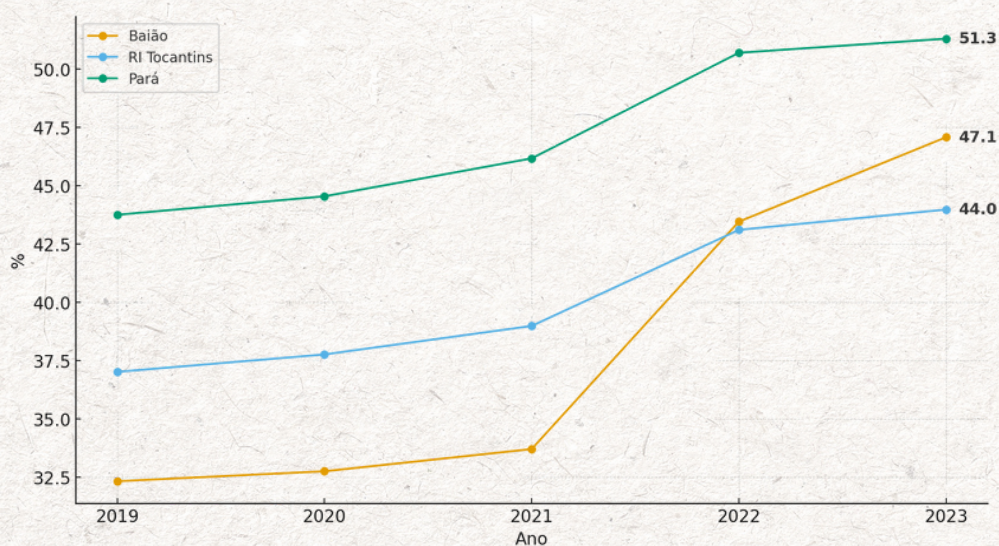
No município de Baião, a proporção de população de baixa renda com fossa rudimentar apresentou um aumento expressivo entre 2019 e 2023. O percentual passou de 32,0% em 2019 para 32,5% em 2020 e 33,5% em 2021, demonstrando estabilidade nos três primeiros anos. Entretanto, a partir de 2022 houve forte crescimento, atingindo 43,3% e alcançando 47,1% em 2023. Essa elevação de 15 pontos percentuais em cinco anos indica deterioração nas condições de saneamento, especialmente entre os grupos vulneráveis, possivelmente associada ao crescimento populacio-

nal e à ausência de políticas estruturais de saneamento em áreas rurais e periféricas (Gráfico 23).

Na Região de Integração Tocantins, a evolução foi mais gradual e constante. O indicador subiu de 37,0% em 2019 para 37,6% em 2020 e 38,8% em 2021, chegando a 43,3% em 2022 e 44,0% em 2023. Essa tendência mostra expansão contínua do uso de fossas rudimentares entre famílias de baixa renda, sinalizando fragilidade na infraestrutura sanitária regional. Já o estado do Pará também apresentou trajetória ascendente, partindo de 44,0% em

2019, avançando para 44,6% em 2020 e 46,2% em 2021, atingindo 50,8% em 2022 e 51,3% em 2023 (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



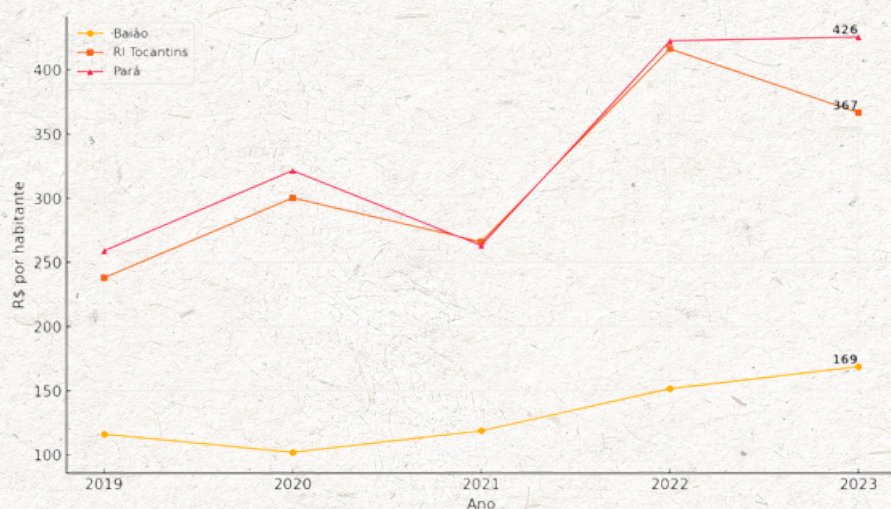
No município de Baião, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram uma tendência de crescimento ao longo do período de 2019 a 2023. Partindo de aproximadamente R\$ 117 por habitante em 2019, houve uma leve redução em 2020, mas a partir de 2021 o município intensificou seus investimentos, alcançando R\$ 169 em 2023. Esse aumento gradual pode indicar uma maior conscientização sobre a importância da prevenção, possivelmente em resposta a eventos climáticos adversos ou à necessidade de fortalecer a infraestrutura de prote-

ção civil (Gráfico 24).

Na Região de Integração Tocantins, os gastos mostraram comportamento mais volátil. Em 2019, estavam em torno de R\$ 240 por habitante, cresceram significativamente em 2020 para R\$ 300, mas oscilaram em 2021 e 2022, com um pico expressivo de R\$ 418. Em 2023, houve uma redução para R\$ 367. Essa trajetória aponta para respostas regionais a eventos críticos específicos, mas também evidencia a necessidade de políticas mais estáveis e planejadas de prevenção de desastres (Gráfico 24).

No estado do Pará, o comportamento foi semelhante ao da RI, porém em patamares superiores. O gasto começou em torno de R\$ 260 em 2019, cresceu até atingir R\$ 426 em 2022 e manteve-se elevado em 2023. Essa tendência reflete uma priorização estadual crescente da prevenção de desastres, o que é relevante considerando a vulnerabilidade do estado a eventos extremos, como inundações, deslizamentos e secas (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 169/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

No município de Baião, os gastos per capita com preservação aquática foram extremamente elevados em comparação à RI Tocantins e ao estado do Pará. Em 2019, os gastos já estavam em R\$ 1.670 por habitante e dispararam para R\$ 3.056 em 2020, caindo para R\$ 1.425 em 2022 e subindo novamente para R\$ 2.313 em 2023. Essa alta variabilidade pode indicar projetos específicos de grande porte em determinados anos, como investimentos em conservação de rios ou recuperação de ecossistemas aquáticos locais (Gráfico 25).

Na Região de Integração Tocantins, os gastos também os-

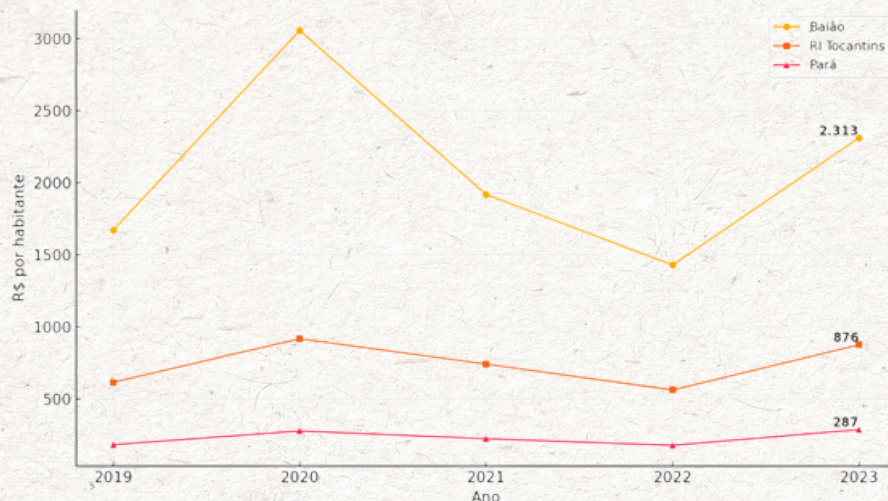
cilaram, mas em patamares mais moderados. Saindo de cerca de R\$ 610 em 2019, o valor subiu para R\$ 900 em 2020, sofreu queda em 2021 e 2022, e atingiu R\$ 876 em 2023. Apesar das flutuações, o comportamento indica a existência de investimentos relativamente consistentes em preservação aquática na região, ainda que em níveis bem inferiores aos de Baião (Gráfico 25).

Já no estado do Pará, os investimentos foram mais bai-

xos e mais estáveis. Em 2019, o gasto era de cerca de R\$ 190 por habitante, com um crescimento moderado para R\$ 287 em 2023. O perfil estadual sugere uma abordagem mais contínua, porém ainda limitada, em termos de recursos destinados à preservação aquática, o que pode refletir a necessidade de ampliar esforços frente à importância dos recursos hídricos para a sustentabilidade ambiental do estado (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2.313/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Baião, o percentual de área coberta por floresta em relação à área total apresentou uma leve tendência de queda entre 2019 e 2023. Em 2019, o município contava com cerca de 38% de cobertura florestal, índice que se reduziu gradualmente até atingir 36,9% em 2023. Embora a queda não tenha sido abrupta, ela indica a contínua pressão sobre as áreas naturais do município, sugerindo a expansão de atividades econômicas como agricultura, pecuária ou exploração madeireira sobre o território florestal remanescente (Gráfico 26).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento do indicador também foi de redução, embora com alguma recuperação em 2023.

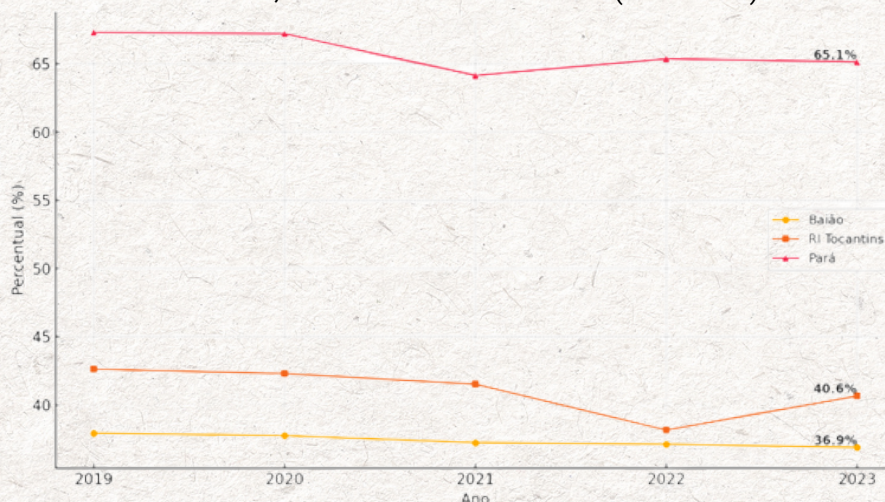
A cobertura florestal era de 42,8% em 2019, caiu até 2022, e subiu para 40,6% em 2023. Essa trajetória sugere que, apesar das perdas, houve ações locais ou regionais que conseguiram conter a tendência de desmatamento, ainda que o



percentual final permaneça inferior ao nível inicial, apontando desafios persistentes para a conservação ambiental (Gráfico 26).

No estado do Pará, o percentual de floresta em relação à área total manteve-se elevado durante todo o período, oscilando levemente entre 67% e 65%. A relativa estabilidade no estado reflete a predominância de grandes áreas florestais ainda preservadas, apesar das contínuas pressões econômicas. A leve queda observada até 2021 seguida de pequena recuperação indica que os esforços estaduais de controle do desmatamento tiveram algum efeito positivo, embora ainda insuficiente para reverter tendências de longo prazo (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Baião, o percentual de área desmatada em relação à área total cresceu ligeiramente ao longo do período de 2019 a 2023. Partindo de 43,5% em 2019, o indicador atingiu 44,3% em 2023, com aumento progressivo ano a ano. Esses dados revelam que o desmatamento acumulado vem avançando de forma constante, reduzindo a cobertura florestal e ampliando áreas degradadas, o que pode impactar negativamente a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos e a qualidade de vida das populações locais (Gráfico 27).

Na Região de Integração Tocantins, a evolução foi um pouco mais instável. Em 2019, o percentual era de 43,9%, subin-

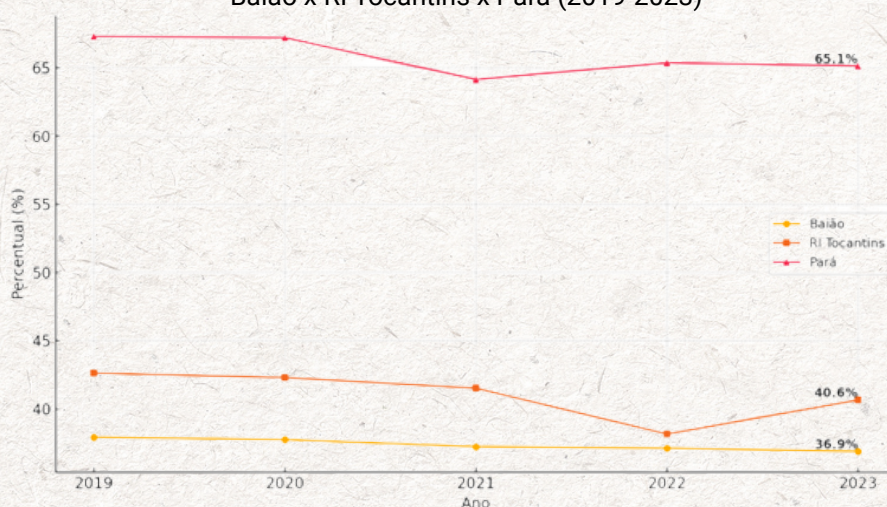
do até 2021, caindo acentuadamente para cerca de 39,9% em 2022, e voltando a crescer para 45,6 % em 2023. Essa oscilação pode indicar ações de controle mais intensas em determinados anos, mas que ainda não foram capazes de consolidar uma tendência sustentável de redução do desmatamento, o que ressalta a necessidade de estratégias mais consistentes de conservação (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual de área desmatada em relação à área total foi significativamente mais baixo, mas manteve trajetória de crescimento contínuo. O indicador passou de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023. Embora o

nível absoluto de desmatamento seja menor em comparação a Baião e à RI Tocantins, o crescimento persistente alerta para a expansão progressiva da degradação ambiental em nível estadual, exigindo reforço nas políticas públicas de preservação e fiscalização (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

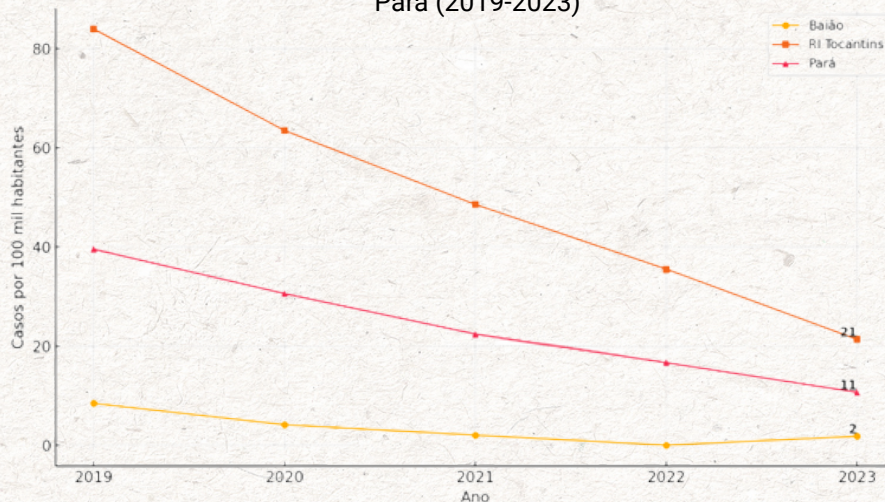
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Baião, a taxa de trabalho infantil apresentou uma tendência expressiva de queda entre 2019 e 2023. Em 2019, o indicador registrava cerca de 8 casos por 100 mil habitantes, reduzindo-se de forma contínua até atingir apenas 2 casos em 2023. Essa evolução positiva pode ser atribuída à intensificação de políticas públicas de combate ao trabalho infantil, à ampliação da escolarização e a campanhas de conscientização voltadas para a proteção dos direitos das crianças e adolescentes (Gráfico 28).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi semelhante, porém partindo de um patamar muito mais elevado. Em 2019, a taxa era de cerca de 84 casos por 100 mil habitantes, apresentando quedas sucessivas até alcançar 21 casos em 2023. A redução significativa indica avanços importantes nas ações regionais para erradicação do trabalho infantil, embora o nível final ainda permaneça consideravelmente superior ao registrado no município de Baião e no estado do Pará (Gráfico 28).

No estado do Pará, a taxa de trabalho infantil também caiu de forma consistente. Partindo de aproximadamente 39 casos por 100 mil habitantes em 2019, o indicador diminuiu ano a ano, chegando a 11 casos em 2023. Essa trajetória aponta para a efetividade de políticas estaduais de proteção à infância, mas também revela a persistência de desafios em regiões específicas, onde a vulnerabilidade socioeconômica favorece a ocorrência do trabalho precoce (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

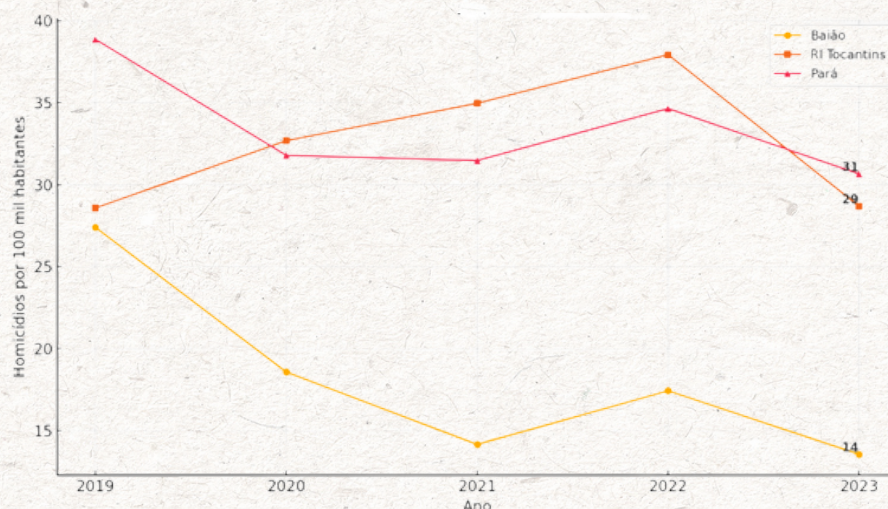
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

No município de Baião, a taxa de homicídios caiu consideravelmente entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava cerca de 27 homicídios por 100 mil habitantes, mas esse número foi reduzido para 14 homicídios em 2023, apesar de uma pequena alta registrada em 2022. A tendência geral de queda sugere melhorias nas condições de segurança pública, no fortalecimento da atuação policial e possivelmente no impacto de programas de prevenção à violência (Gráfico 29).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi mais oscilante. A taxa começou em torno de 29 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, subiu até atingir um pico de 38 homicídios em 2022, e recuou para 29 em 2023. Essa trajetória mostra que a região enfrentou um agravamento da violência até recentemente, e embora a redução em 2023 seja positiva, ainda há a necessidade de reforço contínuo em políticas de segurança e prevenção de crimes violentos (Gráfico 29).

No estado do Pará, o indicador também apresentou queda, ainda que com oscilações. Em 2019, o Pará registrava aproximadamente 39 homicídios por 100 mil habitantes, caindo para 31 em 2023. Embora a taxa estadual tenha diminuído, ela continua elevada em comparação aos padrões nacionais e internacionais, sinalizando que, apesar de avanços, a segurança pública ainda constitui um dos principais desafios estruturais no estado (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

No município de Baião, o gasto público municipal como percentual do PIB apresentou grande oscilação entre 2018 e 2022. Em 2018, o gasto era muito elevado, cerca de 28,8% do PIB municipal, mas caiu drasticamente para 18,3% em 2019 e despencou ainda mais para apenas 8,8% em 2020. Após essa forte retração, houve recuperação significativa em 2021, com o indicador subindo para 21,6%, e uma leve redução em 2022, fechando o período em 21,1%. Essa grande volatilidade indica uma forte dependência de fatores conjunturais para o orçamento municipal, como variações no PIB local, mudanças na arrecadação ou em transferências intergovernamentais (Gráfico 30).

Na Região de Integração To-

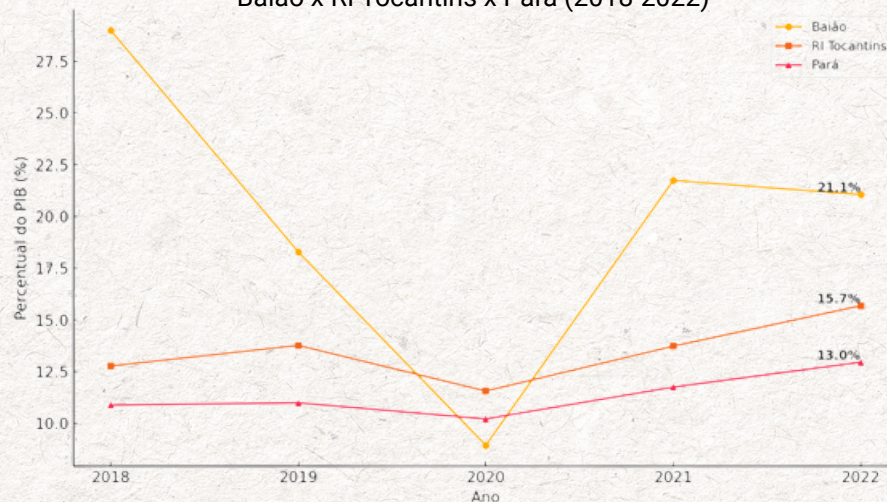
cantins, o comportamento foi mais estável, embora também tenha havido variações moderadas. O gasto como percentual do PIB começou em 12,7% em 2018, subiu ligeiramente para 13,7% em 2019, sofreu uma pequena queda em 2020 para 11,9%, mas retomou a trajetória de crescimento em 2021 e 2022, chegando a 15,7%. Esses dados mostram que, apesar das oscilações provocadas possivelmente pela pandemia e seus efeitos econômicos, a RI Tocantins manteve uma relação entre gasto público e PIB relativamente consistente e estável, o que sugere maior capacidade de planejamento financeiro em comparação com o município de Baião (Gráfico 30).

No estado do Pará, o gasto

público como percentual do PIB foi o mais estável dos três níveis analisados. O indicador manteve-se em torno de 10,8% em 2018 e 2019, caiu para 9,6% em 2020, mas também apresentou crescimento subsequente, atingindo 13% em 2022. Essa trajetória revela um padrão de recuperação fiscal no pós-pandemia e demonstra que o governo estadual conseguiu preservar ou até ampliar seu nível de investimento e gasto público em relação ao crescimento econômico recente, apesar dos desafios orçamentários e das variações macroeconômicas (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Baião x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

No município de Baião, a taxa de acesso à banda larga fixa manteve-se bastante baixa entre 2019 e 2023, com pouca evolução ao longo do período. Em 2019, o município registrava cerca de 0,7 pontos de acesso por 100 habitantes, avançando timidamente para aproximadamente 1 ponto em 2023. Esse comportamento evidencia a persistente limitação de infraestrutura de conectividade fixa na localidade, o que pode impactar negativamente diversos aspectos sociais e econômicos, como a educação, o acesso a serviços digitais e a competitividade econômica (Gráfico 31).

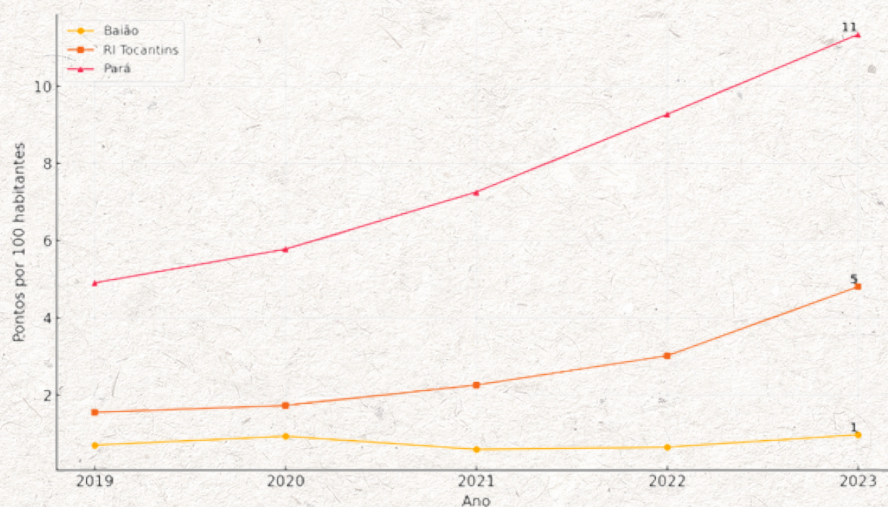
Na Região de Integração Tocantins, o crescimento foi mais expressivo, ainda que partindo de patamares modestos. Em 2019, a RI contava com cerca de 1,6 pontos de banda larga fixa por 100 habitantes, alcançando 5 pontos em 2023. Esse aumento consistente indica esforços regionais de expansão da infraestrutura de telecomunicações, o que tende a beneficiar o desenvolvimento econômico e social, especialmente no contexto da crescente demanda por serviços digitais após a pandemia de COVID-19 (Gráfico 31).

No estado do Pará, o indicador apresentou um crescimen-

to mais vigoroso e contínuo. Partindo de 5 pontos por 100 habitantes em 2019, o estado alcançou 11 pontos em 2023, mais do que dobrando o índice no período. Esse avanço revela investimentos importantes em conectividade de banda larga, refletindo a priorização de políticas públicas e a expansão de redes privadas. No entanto, apesar do crescimento, o patamar ainda está aquém das médias nacionais, sugerindo a necessidade de aceleração nos investimentos para reduzir as desigualdades digitais no estado (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Baião x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



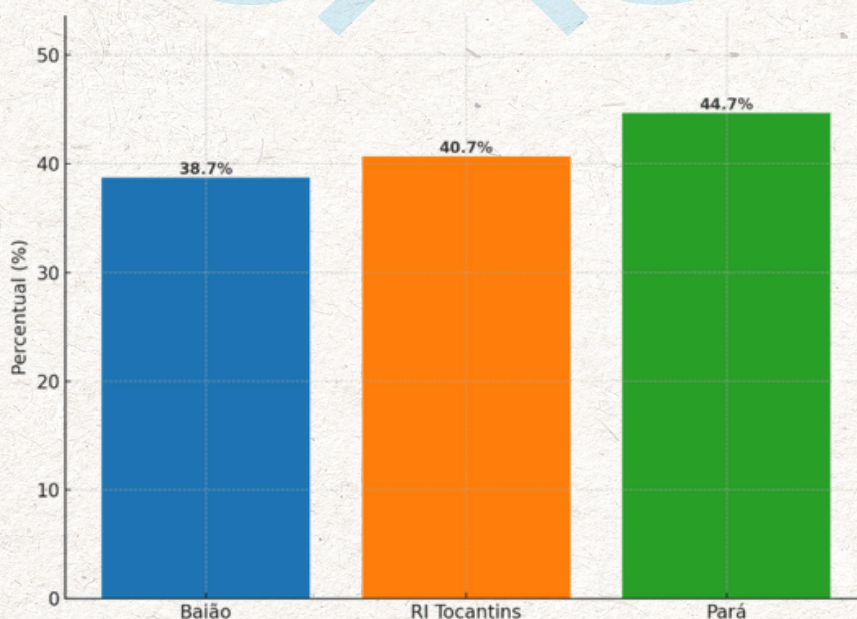
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Baião** registrou um IDS de **38,7%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Baião x RI Tocantins x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



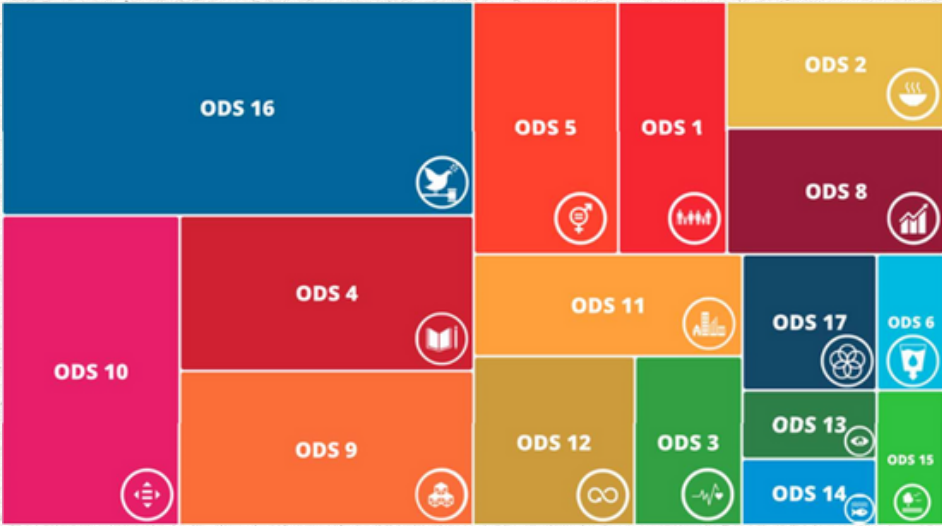
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Baião na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Baião e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

